

Prefeitura Municipal de Ananindeua
Controladoria Geral

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do **Processo 121/2021/SEMA**, referente ao **Termo de Apostilamento ao Contrato 001.2022-SEMA.PMA - VIGENCIA 04.01.2023**, celebrado com a **Empresa MERCANTIL SANTA MARTA – L N DA COSTA - EPP - CNPJ: 05.360.995/0001-15**, que tem como objeto, **“FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL”, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA**. O presente Apostilamento tem como finalidade, a **READEQUAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, conforme classificação orçamentária registrada no respectivo termo. O mesmo encontra-se autorizado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMA – Sr. ELIVAL CAMPOS FAUSTINO, conforme justificativa acostado ao mesmo. Com base nas regras insculpidas pela(s) Leis n.º 8.666/93 Art. 65, §,8º demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido **Termo de Apostilamento** encontra-se:

() Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva(s):

() Com irregularidades de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o **Termo de Apostilamento** supramencionado encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada. Solicitamos que o referido termo seja devidamente publicado.

Ananindeua-Pa, 27 de janeiro de 2022.